

**ENTREVISTA DA SEMANA**

NERI GELLER – EX-MINISTRO DA AGRICULTURA

**ELEIÇÕES DEVEM PROVOCAR CRESCIMENTO DE ALGUNS PARTIDOS E ENFRAQUECIMENTO DE OUTROS**



PÁGINA 03

**ARTIGO**

**Por que quem deveria nos proteger se omite diante da mídia e da sociedade?**

MAIS NA PÁGINA 2



**DIVERSAS INVESTIGAÇÕES |**

# Prefeita de Barão de Melgaço enfrenta denúncias na saúde e volta a ser alvo de questionamentos

Mais de R\$ 2 milhões em emendas foram destinados ao município



A saúde pública do município de Barão de Melgaço voltou ao centro de críticas e questionamentos por parte da população. Mesmo após o recebimento de aproximadamente R\$ 2,3 milhões em emendas parlamentares ao longo de 2024, moradores relatam uma realidade marcada por falta de medicamentos, ausência de atendimento regular e precariedade estrutural nas unidades de saúde, especialmente nas comunidades rurais. A situação é considerada ainda mais grave por se tratar de uma região inserida no Pantanal, onde o risco de acidentes com animais peçonhentos é elevado. Pág. 6

**CONFORME PESQUISAS**

**Júlio Campos garante força do irmão Jayme na disputa pelo governo de MT**

Apesar das críticas nas redes sociais, afirma que Jayme tem apoio popular

Durante uma entrevista ao *Jornal Centro Oeste Popular*, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil), afirmou que seu irmão, o senador Jayme Campos, reúne força política, apoio popular e respaldo interno suficiente

para se consolidar como um dos principais pré-candidatos ao governo do estado. Para ele, a popularidade do parlamentar não se limita às pesquisas, mas se confirma nas ruas e no contato direto com a população. Pág. 4



**MESA DIRETORA**

**Dilemario Alencar busca apoio de colegas e apresenta propostas para liderar a Câmara de Cuiabá**

Com articulação estratégica e plano de governo, vereador busca apoio majoritário para eleição marcada para 27 de agosto

PÁGINA 7

**40% DAS UNIDADES**

## Estrutura do Samu é afetada por demissões e levanta preocupação na saúde pública

Cenário inclui protestos de servidores e cobrança por medidas para garantir continuidade do atendimento



A situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em Mato Grosso entrou em alerta após a dispensa de 56 profissionais que atuavam diretamente no atendimento à população. A medida provocou mobilização de servidores em frente à Assembleia Legislativa e levantou preocupações sobre o risco de desestruturação do serviço. Pág. 5

**REPASSES ABAIXO DO PREVISTO**

**Vereador destaca falhas no fluxo de recursos e impactos na educação de Cuiabá**

Déficit apontado pelo parlamentar reflete em dívidas, paralisações e instabilidade na educação

PÁGINA 08



PÁGINA 7

**SÃO MAIS DE 30.000 MIL EXEMPLARES ENTREGUES GRATUITAMENTE**

**É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.**



## ARTIGO

## Por que quem deveria nos proteger se omite diante da mídia e da sociedade?

A violência contra a mulher não é um fenômeno isolado ou ocasional; é uma crise social crônica que atravessa famílias, bairros, cidades e estados inteiros. No Brasil, apesar de avanços legais e maior visibilidade, a realidade ainda é dura: mulheres continuam vulneráveis à violência física, psicológica e letal, mesmo com décadas de políticas públicas voltadas ao tema. No estado de Mato Grosso, esses números são alarmantes. Em 2024, foram registradas 99 mortes violentas de mulheres, sendo 47 feminicídios, assassinatos pelo fato de serem mulheres e 52 homicídios dolosos cometidos contra mulheres. Dessas vítimas, 41 eram mães, deixando aproximadamente 83 crianças órfãs. Só nos primeiros dois meses de 2025, já haviam ocorrido 16 mortes violentas de mulheres, com seis feminicídios.

Grande parte desses casos ocorre dentro de casa. Conforme os relatórios da Polícia Civil de Mato Grosso, em 2024, 83% dos feminicídios aconteceram dentro do

ambiente doméstico, muitas vezes com crianças presentes no momento do crime. Essa realidade mostra que o lar, espaço que deveria oferecer segurança, ainda é cenário de medo e violência para muitas mulheres. Além disso, o estado tem figurado entre os que apresentam as maiores taxas proporcionais de feminicídio do Brasil. Em 2024, a taxa proporcional era de cerca de 2,5 casos por 100 mil mulheres, bem acima da média nacional de aproximadamente 1,4 por 100 mil. Isso revela que, mesmo com números absolutos menores do que em estados mais populosos, o risco de uma mulher ser assassinada por motivo de gênero em Mato Grosso é significativamente superior à média brasileira.

Não faltam leis que protejam mulheres, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) e a tipificação do feminicídio no Código Penal de 2015 são conquistas importantes. Porém, a implementação dessas normas enfrenta barreiras. Muitas mulheres sobreviventes ainda se



deparam com estruturas insuficientes de acolhimento, demora na concessão de medidas protetivas e medo de denunciar agressores. Mato Grosso tem buscado enfrentar o problema com ações concretas, como a instalação de Redes de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, coordenadas pelo Tribunal de Justiça e por órgãos espe-

cializados, integrando serviços de atendimento, assistência jurídica e acompanhamento psicossocial. Apesar disso, ainda surge a pergunta: será suficiente? Dados recentes indicam resolução em mais de 80% dos casos de feminicídio investigados em 2025, mas isso não elimina o problema estrutural, muitas vezes, a resposta só ocorre após a perda irreparável de vidas.

Quando casos de violência contra mulheres ganham destaque na mídia, há repercussão e indignação, mas quantos desses debates resultam em ações estruturais que previnam novos casos? A mídia frequentemente apresenta a violência como “episódios isolados”, mas raramente aprofunda as causas profundas: desigualdade de gênero, cultura patriarcal, machismo enraizado e omissão institucional. A proteção plena não virá apenas de manchetes, ela virá de políticas públicas robustas, de investimentos em prevenção, educação de gênero desde a infância e responsabilização real de agressores antes que a violência se torne fatal.

A pergunta central permanece: por que quem deveria nos proteger se omite e cala diante da mídia e da sociedade? Parte da resposta está na cultura que minimiza a violência de gênero, que naturaliza o silêncio e que trata casos isolados como exceções, em vez de sintomas de um problema sistêmico. Fatores como subnotificação de casos por medo ou dependência emocional, falta de integração entre serviços públicos e insuficiência de programas de apoio direto às so-

breviventes contribuem para que muitas histórias nunca cheguem ao conhecimento público ou que, quando chegam, sejam recebidas com estranhamento em vez de mobilização ativa.

Até quando continuaremos a nos preparar para um problema que não deveria ser inevitável? A violência contra a mulher não é “coisa de casa”, nem “caso isolado”, nem apenas tema de reportagem esporádica. Ela é, como mostram os números em Mato Grosso e no Brasil, uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Quem está por nós? Precisamos de mais do que discursos: políticas públicas claras, respostas rápidas e efetivas do Estado, serviços capacitados de acolhimento e uma sociedade que atue em rede, sem omissões, sem silêncios cúmplices. Somente assim, com ação continuada, poderemos responder de forma verdadeira à pergunta que tantas mulheres já se fizeram: até quando iremos nos proteger de algo que não deveria ser inevitável?

ANA CAROLINA GUERRA, estudante de jornalismo, atuante em política, mídias sociais e defensora de pautas públicas

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE  
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26  
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

## EDITORIAL

## Informação e prevenção salvam vidas

O março Lilás é um mês dedicado à conscientização sobre o câncer do colo do útero, uma doença que ainda atinge milhares de mulheres todos os anos no Brasil, apesar de ser amplamente prevenível. Falar sobre o tema é, falar sobre acesso à informação, políticas públicas eficientes e cuidado contínuo com a saúde feminina.

O câncer do colo do

útero é causado, na maioria dos casos, pela infecção persistente pelo HPV (Papilomavírus Humano). A boa notícia é que existem duas ferramentas poderosas para combatê-lo: a vacinação e o exame preventivo (Papanicolau). A vacina contra o HPV, disponível gratuitamente no SUS para crianças e adolescentes, representa um avanço histórico na redução dos casos futu-

ros da doença. Já o exame preventivo permite identificar alterações antes que se transformem em câncer, possibilitando tratamento precoce e maiores chances de cura.

Mesmo assim, os desafios persistem. A desigualdade no acesso aos serviços de saúde, a desinformação e o preconceito ainda afastam muitas mulheres do diagnóstico precoce. Em regiões mais

vulneráveis, a cobertura do exame preventivo segue abaixo do ideal. É preciso ampliar campanhas educativas, fortalecer a atenção básica e garantir que a prevenção chegue a todas, especialmente às que mais precisam.

O Março Lilás também é um chamado à responsabilidade coletiva. Governos devem assegurar investimento contínuo em vacinação e rastreamento. Profissionais de saúde precisam reforçar a orientação e o acolhimento. E a sociedade deve romper tabus que ainda cercam a saúde íntima feminina.

Prevenir o câncer do colo do útero é possível. Informar, vacinar e realizar exames periódicos são atitudes simples que salvam vidas. Que o Março Lilás não seja apenas uma campanha pontual, mas um compromisso permanente com a saúde, a dignidade e o futuro das mulheres.



MARÇO LILÁS

Mês de conscientização e combate ao câncer de colo do útero

UM MILHÃO/MÊS  
DE ACESSOSCENTRO OESTE  
Popular  
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

NERI GELLER – EX-MINISTRO DA AGRICULTURA

ANA CAROLINA GUERRA

# Eleições devem provocar crescimento de alguns partidos e enfraquecimento de outros

CLEIA VIANA



Em meio a um cenário político marcado por intensas movimentações partidárias, reposicionamentos estratégicos e um eleitorado cada vez mais crítico à polarização, o tabuleiro eleitoral de Mato Grosso começa a se redesenhar de forma significativa.

A proximidade das eleições, somada às novas regras eleitorais e às transformações no comportamento político, impõe desafios não apenas para os partidos, mas também para lideranças que buscam se firmar com base em resultados concretos e capacidade de diálogo.

Nesse contexto, o ex-ministro da Agricultura e ex-deputado federal Neri Geller, que analisa as mudanças no cenário político, o fortalecimento de partidos de centro, o papel das redes sociais na disputa eleitoral e os caminhos para uma atuação política mais pragmática e menos ideológica.

**Centro Oeste Popular** – Diante do cenário atual, observa-se uma movimentação partidária bastante intensa e, de certa forma, atípica, com trocas frequentes de sigla por parte de políticos com mandato. Embora esse tipo de articulação seja comum durante as janelas partidárias, especialmente em anos eleitorais, neste momento ela ocorre com ainda mais força. Além disso, há uma dificuldade visível dos partidos em estruturar suas chapas, com poucos conseguindo apresentar composições já consolidadas. Muitos nomes circulam simultaneamente em diferentes legendas, o que evidencia um ambiente político ainda indefinido. Nesse contexto, e considerando também episódios recentes de filiações e rearranjos partidários, o Mato Grosso caminha para uma mudança significativa em sua representação política após essas eleições? Há sinais de possíveis reconfigurações, como o crescimento de algumas siglas, o enfraquecimento de outras e até a possibilidade de fragmentação em determinados grupos. Na sua avaliação, como deve se desenhar o cenário político do estado a partir desse processo eleitoral?

**Neri Geller** – Acredito que boa parte dessa movimentação se deve à consolidação do fim das coligações nas eleições proporcionais. Com isso, cada partido passou a precisar montar chapas mais fortes, com densidade eleitoral suficiente para alcançar o coeficiente e eleger seus representantes, sejam deputados federais ou estaduais. Esse cenário já começou a se desenhar na eleição passada, que foi a primeira sem coligações na proporcional, e trouxe resultados emblemáticos. Um exemplo foi o da deputada Rosa Neide, que teve mais de 124 mil votos e, ainda assim, não se elegeu por falta de coeficiente partidário. Pela regra atual, em uma situação semelhante, ela poderia ter sido eleita, considerando também as possibilidades dentro das chamadas “sobras”, levando em conta desempenho individual e percentual mínimo de votos. Além disso, esse movimento também é impulsionado pelo acirramento do debate ideológico, que faz com que

muitos busquem se reposicionar dentro do espectro político. Tenho observado que partidos que procuram se afastar da polarização e se posicionar mais ao centro acabam sendo mais procurados. Para quem tem responsabilidade pública, esse caminho faz sentido, pois, é preciso retomar o diálogo e focar em discutir soluções concretas para a população, e não ficar restrito apenas ao embate ideológico. Foi dentro dessa linha, inclusive, que busquei meu espaço político.

**Centro Oeste Popular** – A sociedade tem demonstrado um certo cansaço em relação à polarização política, especialmente diante de discursos mais voltados para as redes sociais do que para resultados concretos na prática. Muitas vezes, há uma percepção de distanciamento entre o que é apresentado publicamente e o que, de fato, é realizado no exercício do mandato. Ao longo da sua trajetória, você acumulou experiência em diferentes esferas. Nesse sentido, considerando que a polarização também impacta diretamente o ambiente econômico, como você avalia esse cenário dentro do seu partido hoje? Observando que o Republicanos vive um novo momento, com o fortalecimento de lideranças e a possibilidade de ampliar seu protagonismo político. Diante disso, como está o nível de mobilização e engajamento da sigla atualmente? E de que forma o partido busca se posicionar e crescer sem se apoiar excessivamente na lógica da polarização?

**Neri Geller** – Tenho muito orgulho de afirmar que sempre tive firmeza para discutir e dialogar, inclusive com a imprensa tradicional, que considero fundamental para levar informação de qualidade à população, com base em fontes confiáveis. As redes sociais, como o TikTok, têm sua importância, mas acredito que as pessoas estão cada vez mais criteriosas na forma de consumir esse tipo de conteúdo. Ao longo da minha trajetória, sempre fui um parlamentar de resultados e também uma liderança ativa no campo classista, desde a década de 1990, quando participei da emancipação de Lucas do Rio Verde, atuando na associação comercial como diretor. Depois, segui como

coordenador de núcleo da Aprosoja, vice-presidente da entidade, deputado federal, secretário de Política Agrícola e ministro. Em todos esses momentos, nunca abri mão de me posicionar com clareza, dizendo sim ou não quando necessário, sem buscar protagonismo vazio ou discussões sem fundamento nas redes sociais. Durante minha atuação, entregamos resultados concretos, mesmo em governos com visões ideológicas diferentes. No governo da presidente Dilma, por exemplo, criamos importantes programas de crédito e estruturamos bases fundamentais para o desenvolvimento logístico, como a organização portuária de Miritituba. Já no governo do presidente Michel Temer, ao lado do ministro Blairo Maggi, reorganizamos o seguro agrícola, que estava atrasado, e o colocamos em dia, beneficiando diretamente a produção, especialmente no Centro-Oeste. Também viabilizamos mais de 3 bilhões de reais em garantia de preço mínimo, impulsionando tanto a primeira quanto a segunda safra de milho, além de avançarmos na pauta da industrialização do etanol e na abertura de mercados internacionais, como Irã, Arábia Saudita e Egito, que absorveram parte significativa da produção de Mato Grosso.

**Centro Oeste Popular** – E, sobre a questão partidária, há uma percepção de que o Republicanos tem buscado se diferenciar ao adotar uma postura mais pragmática e responsável, tratando a política com seriedade, sem se apoiar excessivamente em discursos voltados apenas para engajamento nas redes sociais. Dentro desse contexto, como o senhor avalia esse posicionamento do partido? Essa estratégia tem, de fato, contribuído para fortalecer a credibilidade da sigla e ampliar seu espaço no cenário político?

**Neri Geller** – Nessa mesma linha que mencionei anteriormente, o Otaviano Piveta também segue esse perfil. Fui vereador em Lucas do Rio Ver-

de por oito anos, período em que ele foi prefeito, então o conheço bem. Algumas pessoas podem considerá-lo mais retraído, mas esse é o estilo dele: é sim quando é sim, é não quando é não. Trata-se de uma liderança visionária, com segurança tanto no que fala quanto no que faz, e isso reflete o perfil do Republicanos. Também vim para o partido a convite de lideranças como o Saquetti, o próprio vice-governador e o Tarcísio, que foi meu colega quando presidia o DNIT, na época em que fui ministro da Agricultura, ainda em um governo do PT, em um contexto bem diferente do atual. A política passa por ajustes ao longo do tempo, e vejo que o Republicanos hoje tem um perfil de centro-direita com o qual me identifico e no qual me encaixo bem.

**Centro Oeste Popular** – O senhor foi ministro durante o governo Dilma Rousseff. Na sua avaliação, o fato de ter integrado aquela gestão pode influenciar, de alguma forma, a sua candidatura a deputado federal, especialmente diante do cenário político atual?

**Neri Geller** – Ninguém fez tanto quanto eu, modéstia à parte, pela agricultura do Estado de Mato Grosso quando estive como ministro no governo do PT. Criamos grandes programas de financiamento, políticas de garantia de preço mínimo e fortalecemos o seguro agrícola, sendo que os primeiros 400 milhões de reais foram destinados a essa área. Quando fui secretário de Política Agrícola, cheguei ao cargo com apoio de setores conservadores de Mato Grosso, como Aprosoja, Ampa e Famato, além do respaldo da Frente Parlamentar da Agropecuária. Posteriormente, durante o governo do presidente Bolsonaro, também contribuí de forma significativa, atuando como vice-líder da bancada e ajudando a dar estabilidade em momentos importantes, como na eleição de Arthur Lira. Tenho tranquilidade para afirmar à população que, quando votamos a lei do licenciamento ambiental, foi porque atuei como relator

e tive capacidade de dialogar com a direita, com o centro e, principalmente, com a esquerda para construir maioria. Na política, é possível pensar diferente e, ainda assim, convergir em objetivos comuns, que são melhorar a vida da população. O parlamentar que realmente quer trabalhar precisa focar em resultado. Quem passa o tempo todo brigando e atacando pode até ter visibilidade nas redes sociais, mas não entrega resultado prático. Desafio qualquer parlamentar a debater e comparar resultados do que foi feito no período em que estive no Congresso Nacional. Não tenho dificuldade em discutir temas como liberdade econômica, Fiaagro, abertura de mercado, logística e crédito com qualquer parlamentar ou ministro.

**Centro Oeste Popular** – Diante desse cenário, o senhor se sente preparado para enfrentar esse desafio de comunicação? É possível prever uma disputa mais acirrada entre candidatos com forte apelo ideológico nas redes sociais e aqueles que se apresentam como gestores, focados em eficiência administrativa, mas que nem sempre têm a mesma presença ou facilidade nesse ambiente digital. Considerando que as redes sociais devem ter um papel decisivo nas próximas eleições, como o senhor avalia esse contraste de perfis? Na sua visão, será um desafio maior para candidatos com estilos tão distintos conseguirem se conectar de forma eficaz com o eleitorado?

**Neri Geller** – Na minha leitura, só vale a pena se eleger politicamente se for dentro das próprias convicções, e não abro mão disso. Saí de uma trajetória simples, como frentista de posto e catador de raiz, até me tornar vereador, deputado federal e ministro da Agricultura, e acredito que tenho capacidade de convencer as pessoas pela força do trabalho. Fui eleito deputado federal com 73 mil votos, sendo o quarto mais votado, mesmo sem ter o volume de serviços prestados que tenho hoje. Estou presente, andando, preparado, e não tenho preguiça de ir para a base, para a ponta, visitando bairros em Cuiabá. Os números mostram que a minha consistência eleitoral é forte, e se vou ganhar ou perder, isso quem vai dizer são as urnas.

“ Não tenho nenhuma dificuldade em dialogar com outros partidos ”

CONFORME PESQUISAS

ANA CAROLINA GUERRA

# Júlio Campos garante força do irmão Jayme na disputa pelo governo de MT

Apesar das críticas nas redes sociais, afirma que Jayme tem apoio popular

Durante uma entrevista ao Jornal Centro Oeste Popular, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil), afirmou que seu irmão, o senador Jayme Campos, reúne força política, apoio popular e respaldo interno suficiente para se consolidar como um dos principais pré-candidatos ao governo do estado. Para ele, a popularidade do parlamentar não se limita às pesquisas, mas se confirma nas ruas e no contato direto com a população.

“Se acompanharem o senador em suas visitas aos bairros de Cuiabá, de Várzea Grande e do interior do estado, perceberão a recepção calorosa e carinhosa que ele recebe. Estamos com pesquisa do povo. Se ele for candidato, pode acreditar: estará no segundo turno, e nós ganharemos a eleição”, afirmou Júlio, ressaltando que as reações negativas nas redes sociais não refletem o eleitorado em geral. Segundo ele, muitas dessas críticas são artificiais ou pagas, não representam



do o cidadão comum, e não devem ser confundidas com a percepção real da população.

Jayme Campos é empresário, agropecuarista e político com mais de 40 anos de atuação em Mato Grosso e no cenário nacional. Nascido em Várzea Grande e casado com a ex-prefeita Lucimar, iniciou sua carreira como prefeito da cidade em 1982, foi governador de 1991 a 1995 e retornou à prefeitura posteriormente. Ele também foi eleito senador em 2006 e novamente em 2018, exercendo mandato até 2027, sendo reconhe-

do por seu estilo direto, municipalista e independente.

Júlio Campos destacou ainda que a força política do irmão se manifesta dentro do União Brasil, partido ao qual Jayme sempre foi fiel, passando pela Arena, PDS, PFL e DEM antes da atual legenda. Segundo o deputado, se houvesse uma votação entre os 60 convenionais responsáveis por definir o candidato da sigla, Jayme teria ampla vantagem e seria consagrado por dois terços, com mais de 40 resistências internas e



grupos dentro do partido que defendem outro rumo político, buscando “entregar o comando antecipadamente”, como afirmou Júlio. Para ele, a disputa interna é o maior obstáculo à consolidação da candidatura, mas não compromete as chances do senador.

No cenário estadual, o deputado apontou que o senador se mantém competitivo frente a outros pré-candidatos, incluindo o senador Wellington Fagundes (PL) e o vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos), atualmente em empate téc-

nico com Jayme para disputar uma vaga no segundo turno.

“Ele é um candidato decisivo. Um cientista político analisou que, sem Jayme, nenhum dos dois concorrentes chegaria ao segundo turno. Ele é peça central na formação do resultado final da eleição estadual”, afirmou Júlio Campos, reforçando a importância do senador na disputa e sua capacidade de influenciar o desfecho eleitoral.

Júlio ainda ressaltou que seu irmão possui experiência política e legitimidade para conduzir uma campanha

de governo de forma estratégica. “Ele conhece profundamente a realidade de Mato Grosso, a infraestrutura, a economia, o campo e a vida urbana do estado, e tem mais de quatro décadas de atuação política com reconhecimento nacional. É um senador de todos, que defende com firmeza os interesses dos matogrossenses”, afirmou o deputado.

Segundo ele, a pré-candidatura não pode ser descartada, e qualquer decisão sobre apoio ou direcionamento deve levar em consideração critérios técnicos, pesquisas de popularidade e articulação estratégica.

“Jayme é um candidato altamente viável, capaz de avançar para o segundo turno e disputar com competitividade. Ele será decisivo na escolha final do eleitorado e fortalecerá a posição do União Brasil em Mato Grosso”, concluiu Júlio Campos, reforçando o protagonismo político do irmão e alertando para os desafios internos da legenda.



HOTEL  
MATO GROSSO  
INN

## SUA HOSPEDAGEM EM CUIABÁ



### NOSSOS SERVIÇOS



#### APARTAMENTOS MODERNOS

Equipados com ar condicionado, frigobar, TV e wifi.



#### CAFÉ DA MANHÃ

Incluso na diária, com variedades e muito sabor.



#### ESTACIONAMENTO

exclusivo e gratuito.

### CONTATOS

(65) 3614-7777

@hotelmato grossoinn

R. Cmdt Costa, 643, Centro norte, Cuiabá-MT

**40% DAS UNIDADES** | ANA CAROLINA GUERRA

# Estrutura do Samu é afetada por demissões e levanta preocupação na saúde pública

Cenário inclui protestos de servidores e cobrança por medidas para garantir continuidade do atendimento

A situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em Mato Grosso entrou em alerta após a dispensa de 56 profissionais que atuavam diretamente no atendimento à população. A medida provocou mobilização de servidores em frente à Assembleia Legislativa e levantou preocupações sobre o risco de desestruturação do serviço.

Entre os desligados estão enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores, considerados essenciais para o funcionamento das equipes de atendimento. Segundo representantes da categoria, a saída desses profissionais pode resultar no fechamento de até 40% das unidades em Cuiabá e Várzea Grande.

Atualmente, a rede conta com dez bases operacionais, incluindo unidades básicas, avançadas e motolâncias. Com a redução no número de trabalhadores, pelo menos quatro dessas estruturas podem ser desativadas por falta de equipe mínima, comprometendo a cobertura do serviço.

De acordo com o sindicato dos servidores da saúde, o impacto será imediato e sentido principal-



CHICO FERREIRA



Diante da repercussão, o deputado estadual Doutor João (MDB) afirmou que irá cobrar explicações imediatas sobre o que classificou como uma possível fragilização do serviço.

mente pela população que depende do atendimento de urgência. A diminuição das bases deve ampliar a distância entre as unidades disponíveis e os locais das ocorrências, aumentando o tempo de resposta em situações críticas.

A avaliação dos profissionais é de que o sistema já enfrenta dificuldades para atender a demanda atual e que, com menos equipes, o cenário tende a se agravar. A espera por socorro pode se tornar mais longa, elevando o risco de agravamento do quadro clínico dos pacientes e até

de mortes.

Outro ponto criticado pela categoria é a forma como os desligamentos foram conduzidos. Segundo os representantes, não houve aviso prévio nem planejamento para reposição imediata dos profissionais, apesar da existência de concurso vigente. A convocação de novos servidores, conforme destacado, pode levar meses, o que amplia o risco de desassistência.

Além disso, a situação é agravada pelo afastamento de trabalhadores que acumulavam férias e

licenças durante o período da pandemia e agora estão sendo obrigados a usufruir desses direitos, reduzindo ainda mais o efetivo disponível.

Diante da repercussão, o deputado estadual Doutor João (MDB) afirmou que irá cobrar explicações imediatas sobre o que classificou como uma possível fragilização do serviço. Para ele, qualquer medida que comprometa o funcionamento do Samu é inaceitável.

“É um absurdo. Veja bem, o Corpo de Bombeiros é uma instituição ama-

da, querida, competente, pela qual temos o maior carinho. Mas, e o Samu? A parte técnica, médica, de enfermagem, de saúde, como fica? Por que não fazer como Tangará da Serra? A cidade trabalha com o Samu e o Corpo de Bombeiros atuando juntos, em harmonia. Mas aqui é preciso que alguma providência seja tomada. O pessoal da Secretaria de Saúde do Estado não podem prejudicar a estrutura do Samu e tratar isso como algo pessoal. Em vez de melhorar

a proteção da população, a situação pode piorar e essa conversinha já cansamos de ouvir.”

Diante do cenário, os servidores cobram a suspensão das demissões e a adoção de medidas urgentes para garantir a continuidade do serviço sem prejuízos à população. A principal reivindicação é que haja planejamento e organização para evitar o enfraquecimento de um serviço considerado essencial dentro do sistema público de saúde.

# Pantanal

Conheça o

# mal

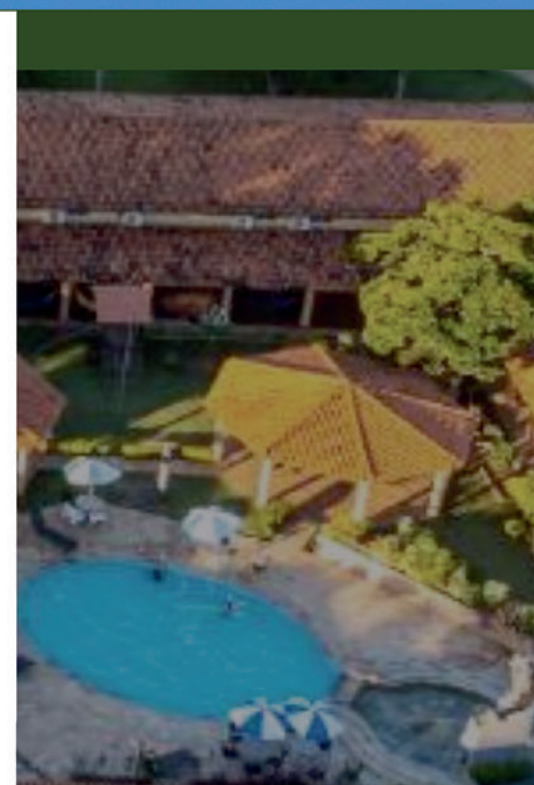


**PANTANAL**  
MATO GROSSO HOTEL  
(65) 3614-7778

## Hotel com Passeios

## Na Beira do Rio

## Pixaim



Reserve com economia e vantagens em  
nosso site: [hotelmt.com.br](http://hotelmt.com.br)

DIVERSAS INVESTIGAÇÕES | ANA CAROLINA GUERRA

# Prefeita de Barão de Melgaço enfrenta denúncias na saúde e volta a ser alvo de questionamentos

Mais de R\$ 2 milhões em emendas foram destinados ao município

A saúde pública do município de Barão de Melgaço voltou ao centro de críticas e questionamentos por parte da população. Mesmo após o recebimento de aproximadamente R\$ 2,3 milhões em emendas parlamentares ao longo de 2024, moradores relatam uma realidade marcada por falta de medicamentos, ausência de atendimento regular e precariedade estrutural nas unidades de saúde, especialmente nas comunidades rurais. A situação é considerada ainda mais grave por se tratar de uma região inserida no Pantanal, onde o risco de acidentes com animais peçonhentos é elevado.

Os recursos destinados ao setor de saúde foram encaminhados por parlamentares estaduais com diferentes finalidades. O deputado Faissal Calil destinou R\$ 300 mil para custeio da rede; Lúdio Cabral enviou R\$ 200 mil voltados à realização de cirurgias eletivas; Carlos Avallone repassou R\$ 500 mil também para custeio; e o deputado Dr. João destinou R\$ 800 mil com o objetivo de manter o funcionamento da rede municipal de saúde. Somados, os valores representam um aporte significativo, que, em tese, deveria contribuir para melhorar o atendimento à população.

No entanto, relatos vindos de diferentes comunidades apontam para um cenário distante do esperado. Em São Pedro de Joselândia, moradores denunciaram a ausência de itens básicos nas unidades de saúde. Segundo uma moradora, o posto local não dispõe sequer de medicamentos essenciais e não possui soro antiofídico, utilizado em casos de picadas de cobras ou escorpiões — ocorrências comuns na região pantaneira.

“Aqui não tem nada. Se a cobra pegar, tem que correr para Cuiabá. É rezar para não acontecer”, relatou, evidenciando o sentimento de insegurança enfrentado por quem vive em áreas mais afastadas.

A ausência de insumos essenciais e de estrutura adequada para atendimentos de urgência tem obrigado pacientes a se deslocarem até Cuiabá em busca de atendimento. A distância e as dificuldades logísticas tornam a situação ainda mais delicada, principalmente para idosos, crianças e famílias que não possuem transporte próprio. Em casos de emergência, o tempo de deslocamento pode ser determinante para o desfecho clínico dos pacientes.



Outro ponto que chama atenção é a situação da comunidade Pimenteira. No local, o Posto de Saúde “Clara Domingas da Silva”, vinculado à Estratégia de Saúde da Família Rural e registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob o número 2699427, encontra-se fechado. O prédio apresenta sinais evidentes de abandono, com portas danificadas, presença de mato alto e ausência de manutenção. Equipamentos que deveriam estar em funcionamento permanecem parados, sem qualquer previsão de reativação.

Moradores afirmam que não há atendimento médico regular na unidade há um período significativo, o que compromete o acesso à atenção básica. A falta de funcionamento do posto obriga a popula-



ção a buscar alternativas em outras localidades, ampliando ainda mais a sensação de desassistência.

Diante desse cenário, aumentam os questionamentos sobre a gestão municipal e a aplicação dos recur-

sos públicos destinados à saúde. A prefeita Margareth Gonçalves da Silva já foi alvo, no passado, de investigações relacionadas a suspeitas de irregularidades em contratos administrativos e possível desvio de recursos públicos. Na ocasião, ela negou as acusações, declarou confiança na Justiça e afirmou que o município teria sido exposto de forma injusta.

Embora esses episódios sejam anteriores, o histórico volta a ser lembrado pela população em meio às novas denúncias e cobranças. Para muitos moradores, a principal dúvida permanece sem resposta: de que forma os recursos recebidos estão sendo aplicados e por que não se refletem na melhoria do atendi-

mento à saúde.

Especialistas em gestão pública apontam que a destinação de emendas parlamentares, por si só, não garante eficiência na prestação de serviços. É necessário planejamento, transparência e capacidade de execução por parte da administração municipal. Quando esses elementos não estão alinhados, o resultado pode ser a manutenção de problemas estruturais, mesmo diante de aportes financeiros relevantes.

Outro fator que pode contribuir para o agravamento da situação é a dificuldade de gestão em áreas rurais e de difícil acesso, como é o caso de grande parte do território de Barão de Melgaço. Ainda

assim, moradores defendem que a ausência de serviços básicos não pode ser justificada apenas por questões logísticas, especialmente quando há recursos disponíveis.

Enquanto isso, a administração municipal segue em busca de novos repasses junto ao governo federal, em Brasília. A estratégia visa ampliar o orçamento e garantir investimentos em áreas prioritárias. No entanto, para a população local, a principal demanda no momento não é apenas por novos recursos, mas por maior transparência na aplicação dos valores já recebidos.

Entre as reivindicações estão a regularização do fornecimento de medicamentos, a reabertura de unidades de saúde fechadas, a presença contínua de profissionais nas comunidades e a garantia de insumos essenciais para atendimentos de urgência, como o soro antiofídico. Também há cobrança por melhorias na infraestrutura das unidades e maior frequência de equipes médicas nas regiões mais afastadas.

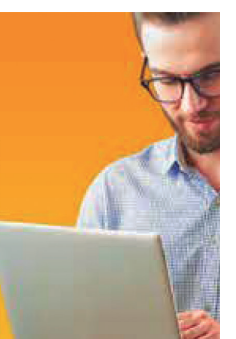
A situação evidencia um desafio recorrente em diversos municípios brasileiros: a distância entre os recursos destinados e a efetiva entrega de serviços à população. Em Barão de Melgaço, esse descompasso tem impacto direto na qualidade de vida dos moradores, que dependem exclusivamente do sistema público de saúde.

Diante da repercussão, cresce a expectativa por respostas concretas por parte da gestão municipal. A população aguarda medidas que possam reverter o cenário atual e garantir o mínimo necessário para um atendimento digno, sobretudo em uma região onde fatores geográficos e ambientais já impõem desafios adicionais.

Enquanto isso, relatos de desassistência continuam surgindo, reforçando a urgência de ações efetivas. A saúde pública, considerada um dos pilares básicos de qualquer administração, segue como uma das principais preocupações dos moradores, que cobram não apenas investimentos, mas resultados que possam ser percebidos no dia a dia.



UM MILHÃO/MÊS  
DE ACESSOS



MESA DIRETORA | LUCAS LEITE

# Dilemario Alencar busca apoio de colegas e apresenta propostas para liderar a Câmara de Cuiabá

Com articulação estratégica e plano de governo, vereador busca apoio majoritário para eleição marcada para 27 de agosto

O vereador Dilemário Alencar confirmou sua pré-candidatura à presidência da Câmara Municipal de Cuiabá, ressaltando que pretende iniciar um diálogo amplo com os demais parlamentares e apresentar um plano de gestão baseado na experiência acumulada ao longo de sete eleições de mesas diretoras no legislativo municipal.

Apesar do pleito oficial ocorrer apenas em 27 de agosto, o parlamentar admite que o processo foi antecipado, e que já existem de quatro a seis pré-candidatos em disputa.

Dilemário Alencar explicou que pretende buscar o convencimento dos colegas por meio de propostas concretas, destacando a importância de dar continuidade a políticas bem-sucedidas implementadas na atual gestão, liderada pela mesa feminina e pela presidente Paula. Segundo ele, o objetivo é aproximar a Câmara da sociedade civil organizada e garantir que o legislativo municipal se torne o palco central de discussões sobre os interesses da população cuiabana.

“Estamos há cinco meses da eleição, mas eu vou buscar dialogar com cada um dos 27 vereadores, apresentando minhas propostas. Quero mostrar que, pelo fato da experiência que temos e pelo respeito que sempre conduzi na Câmara, podemos colocar em prática um plano que continue o bom trabalho que vem sendo feito”, afirmou.



O vereador destacou que, atualmente, vários nomes estão sendo ventilados como possíveis candidatos à presidência da Casa. Entre eles, ele citou Ilde Taques, Dilemário, Cezinha Nascimento, Daniel Monteiro, Demilson Nogueira e Wilson Kero Kero. A presidente atual, Paula Calil, também pode participar da disputa, conforme prevê o regimento interno da Câmara.

Segundo Dilemário, todos os pré-candidatos possuem condições de assumir o cargo, e que a eleição, geralmente, é definida na última semana que antecede a data oficial. “A eleição da vice-diretoria costuma ser decidida nos últimos três dias. Então, mesmo com a antecipação desse processo, ainda há muita água para rolar debaixo da ponte”, afirmou,

ressaltando que pretende iniciar o diálogo com respeito, humildade e foco nas propostas.

Ele também comentou sobre rumores de supostos acordos com o prefeito e outros atores políticos locais, esclarecendo que nunca afirmou ter qualquer entendimento firmado previamente. “Eu nunca disse que tinha acordo com o prefeito. O que temos que fazer é convencer com propostas e buscar a maioria no dia 27 de agosto”, disse, reforçando que atualmente só possui o próprio voto e pretende construir o apoio necessário nos próximos meses.

Um dos pontos centrais da pré-candidatura de Dilemário Alencar é a manutenção e ampliação de políticas implementadas pela mesa diretora atual, com foco em trans-

parência e aproximação da Câmara da população. Entre as prioridades, ele citou a promoção de debates sobre interesse da sociedade, incentivo à participação da comunidade civil organizada e a continuidade de programas bem avaliados pela atual gestão.

O vereador enfatizou que a população de Cuiabá, deve ser central no plano da próxima mesa diretora. “Temos que estar atentos com o sentimento da população e trabalhar para resolver problemas concretos, como buracos nas ruas, matagal e aumento de moradores em situação de rua”, explicou.

Ele também defendeu que a Câmara mantenha o foco em questões que impactam diretamente a qualidade de vida da população, sem se deixar influenciar exclusivamente

por pressões políticas externas. “Não acredito que deputados ou prefeitos vão decidir a eleição. O que vai valer é a decisão dos 27 vereadores”, disse, acrescentando que simpatias individuais entre políticos são naturais, mas não determinantes.

Outro ponto destacado na entrevista foi o compromisso de Dilemário Alencar com a transparência e o diálogo constante. Ele afirmou que pretende se aproximar dos colegas parlamentares e discutir cada proposta, construindo consensos de forma organizada e estratégica.

“Vou começar do zero. Hoje só tenho meu voto. Mas até dia 27 de agosto posso construir 14, 15 votos, que é o necessário para vencer a eleição. Quero dialogar com respeito, mostrando boas propostas e atendo com o sentimento da população”, afirmou. Ele frisou que não está preocupado com quantos apoiadores já possui, mas com a construção de uma maioria sólida baseada em convicção e propostas claras.

A eleição da presidência da Câmara Municipal de Cuiabá ocorre em ano eleitoral, mas Dilemário Alencar minimizou a possibilidade de interferência externa nesse processo. Segundo ele, embora simpatias e apoios pontuais possam existir, a decisão final será dos vereadores.

O parlamentar também comentou sobre a possível candidatura de Paula à reeleição, desta-

cando que ela está amparada regimentalmente e possui legitimidade para disputar o cargo. “Quanto mais candidatos tiverem, melhor. O que vai valer é o número de votos no dia 27 de agosto”, disse.

Além da eleição interna da Câmara, Dilemário Alencar reafirmou seu compromisso com o mandato atual e com a resolução de problemas locais. Ele citou questões estruturais, como a manutenção de vias públicas e áreas verdes, e sociais, como o aumento de moradores de rua.

O vereador também mencionou a atuação em comissões de investigação, como a CPI da CESMOB, destacando que parte da análise documental já foi recebida e será apresentada à imprensa, contribuindo para a fiscalização de contratos e gastos públicos.

Sobre a construção de sua candidatura, Dilemário Alencar afirmou que seu plano é baseado em diálogo, proposta concreta e paciência política. Ele pretende evitar pressa, concentrando-se em apresentar ideias claras, estabelecer consenso com colegas vereadores e manter o foco nas demandas da população.

“Tem muita reunião, muita conversa, jantares, encontros. O que importa é que a Câmara seja um espaço de discussão e que os problemas da população sejam resolvidos. A eleição é apenas uma parte desse processo”, concluiu.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE  
Popular 26 ANOS

REPASSES ABAIXO DO PREVISTO | LUCAS LEITE

# Vereador destaca falhas no fluxo de recursos e impactos na educação municipal de Cuiabá

Déficit apontado pelo parlamentar reflete em dívidas, paralisações e instabilidade na educação

O vereador por Cuiabá, Daniel Monteiro, fez duras críticas à condução financeira da educação municipal e levantou questionamentos sobre a destinação de recursos públicos durante entrevista recente. As declarações ocorrem em meio à transição na Secretaria Municipal de Educação, comandada até então por Amauri Monge, que deixará o cargo após cerca de um ano à frente da pasta.

Segundo o parlamentar, há uma diferença expressiva entre o volume de recursos que deveriam ter sido destinados à educação e o montante efetivamente repassado pela Prefeitura. De acordo com os dados apresentados por ele, esse déficit pode chegar a aproximadamente R\$ 128 milhões, valor que, na avaliação do vereador, tem causado impactos diretos no funcionamento de serviços essenciais.

Apesar da gravidade dos números, Daniel Monteiro fez questão de destacar que não está acusando a gestão de ilegalidade. Ele explicou que, do ponto de vista contábil, a Prefeitura pode cumprir as exigências legais por meio do empenho dos recursos, mesmo que o pagamento não seja realizado no mesmo exercício financeiro.

“É importante deixar claro: em nenhum momento eu falei em ilegalidade. O que estou apontando é um problema de gestão, de fluxo de caixa e de priorização de recursos”, afirmou o vereador durante a entrevista.

Um dos pontos centrais da crítica do parlamentar está na diferença entre o que é empenhado e o que é efetivamente pago. Pela Constituição, os municípios devem aplicar um mínimo de 25% da receita na educação, o chamado Mínimo Constitucional de Desenvolvimento do Ensino (MDE). No entanto, segundo Monteiro, isso pode ser cumprido apenas no papel, sem que o dinheiro chegue, de fato, aos serviços.

De acordo com ele, Cuiabá teria arrecadado cerca de R\$ 5,4



LUCAS LEITE

bilhões, o que significaria um repasse de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão para a educação. Contudo, parte significativa desse valor não teria sido transferida à Secretaria, gerando o que ele chama de “hiato financeiro”.

“Se esse dinheiro estava em caixa e não foi para a educação, ele foi para outro lugar. É isso que precisa ser explicado”, pontuou.

O vereador reforçou que não houve frustração de arrecadação, ou seja, a Prefeitura não deixou de arrecadar o que estava previsto, o que, segundo ele, elimina uma possível justificativa para a ausência dos repasses.

Na avaliação de Daniel Monteiro, o principal problema não está na contabilidade em si, mas nas consequências práticas dessa gestão financeira. Ele afirma que a falta de repasses tem provocado uma série de dificuldades na execução de políticas públicas, especialmente no pagamento de fornecedores e na continuidade de obras.

Entre os principais impactos citados estão atrasos no transporte escolar, problemas na distribuição de merenda e a paralisação de obras em unidades educacionais. O vereador afirma que pelo menos 14 obras estão paradas ou operando em ritmo reduzido devido à falta de pagamento às empresas responsáveis.

“Tem obra que não está oficialmente pa-

rada, mas você chega lá e tem um ou dois trabalhadores apenas, só para não dizer que parou. Na prática, está parada”, disse.

Ele também destacou a situação de fornecedores da merenda escolar, muitos deles ligados à agricultura familiar, que dependem dos pagamentos regulares para manter a produção e o abastecimento das escolas.

No transporte escolar rural, o cenário também é preocupante. Segundo o vereador, há empresas que não recebem pelos serviços desde outubro do ano passado, o que compromete a manutenção dos veículos e a qualidade do atendimento aos estudantes.

“Imagine rodar em estrada de chão, com ônibus que exige manutenção constante, sem receber por meses. Isso inevitavel-

mente afeta o serviço”, afirmou.

Outro ponto levantado por Daniel Monteiro é o impacto desses déficits no endividamento do município. Ele comparou os números da educação com os da saúde, que, segundo ele, teria encerrado o último ano com um déficit de aproximadamente R\$ 80 milhões.

Somados, os déficits das duas áreas ultrapassariam R\$ 200 milhões, contribuindo para o aumento da dívida pública municipal. O vereador citou que, historicamente, a dívida de Cuiabá já atingiu a casa dos bilhões, e alertou para o crescimento contínuo desse passivo.

Para ele, a prática de adiar pagamentos, o que chamou de “trocar dívida”, agrava o problema ao longo do tempo. Ele utilizou

uma comparação com o orçamento doméstico para explicar a situação:

“É como pagar a conta de dezembro com o salário de janeiro. Você resolve um problema, mas cria outro. A dívida não desaparece, ela só muda de lugar”, explicou.

Durante a entrevista, também foi mencionada a versão apresentada por Amauri Monge, que, segundo interlocutores, teria enfrentado dificuldades financeiras ao assumir a pasta, incluindo a necessidade de quitar dívidas anteriores para manter os serviços em funcionamento.

De acordo com essa linha de argumentação, parte dos recursos disponíveis teria sido utilizada para reduzir passivos herdados de gestões anteriores, o que teria limitado a capacidade de investimento em novas ações.

Daniel Monteiro reconheceu que o secretário deve apresentar essas explicações oficialmente em um balanço de sua gestão, mas reforçou que sua crítica não se refere à forma como os recursos foram gastos, e sim ao fato de que a pasta não teria recebido o volume necessário.

“Não estou discutindo como o dinheiro foi usado. Estou dizendo que ele não chegou como deveria”, afirmou.

O vereador também comentou a iminente saída de Amauri Monge da Secretaria de Educação

e demonstrou preocupação com a condução da pasta. Para ele, a falta de autonomia e de prioridade dada à educação podem ter contribuído para a saída do gestor.

Além disso, criticou a ausência de definições claras sobre quem assumirá o comando da secretaria e qual será o planejamento para a área nos próximos meses.

“Você coloca um gestor interino sem apresentar um horizonte. Isso gera insegurança e dificulta ainda mais a organização da pasta”, avaliou.

Monteiro também fez críticas mais amplas à gestão municipal, apontando inconsistências entre discursos e decisões administrativas, especialmente em relação à permanência de gestores em cargos estratégicos.

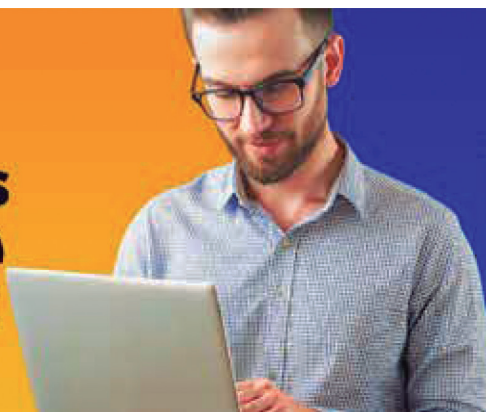
Questionado sobre a possibilidade de assumir a Secretaria de Educação, caso fosse convidado, o vereador foi enfático ao recusar. Segundo ele, sua atuação como parlamentar permite contribuir de forma mais efetiva, por meio da fiscalização e da cobrança por melhorias.

“Para assumir uma secretaria, é preciso ter autonomia e garantia de que os recursos serão repassados. Sem isso, não há como fazer gestão”, afirmou.

Ele acrescentou que acredita ser mais útil ao município mantendo uma postura crítica e independente, apontando falhas e cobrando soluções.



## UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS



CENTRO OESTE  
Popular  
28 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR